



PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO PROCESSO CONSTITUINTE: MEMÓRIAS DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS NAS MENSAGENS DA BASE DE DADOS SAIC (1986 – 1987)

RENATA PEIXINHO DIAS VELLOZO*

Junho/2015

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar um conjunto de mensagens enviadas à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, entre os anos de 1986 e 1987, que se encontram inseridas em uma base de dados chamada Serviço de Apoio Informativo à Constituinte (Saic), organizada pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, com o título: Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Foram selecionadas especificamente as mensagens escritas individualmente e que fizeram menção às Constituições e/ou aos processos constitucionais brasileiros anteriores ao de 1985/1988.

O processo constituinte no Brasil (1985 – 1988)

A partir de 1985, deu-se início ao processo constituinte brasileiro que culminou com a nova Constituição de 5 de outubro de 1988, também chamada de “Constituição Cidadã”, marco importante da redemocratização do Brasil. Este momento de reconstitucionalização ocorreu depois de um longo período de governos de direção militares iniciadas com o Golpe de 1964, em que foi instituída uma série de atos normativos, leis de exceção, que impuseram fortes limitações aos direitos civis e políticos da sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito à liberdade de opinião, de imprensa e de locomoção.

A partir da segunda metade dos anos 1970, houve a gradativa abertura política. O processo se deu sob o governo militar do general Ernesto Geisel (1974 - 1979) e do general João Batista Figueiredo (1979 - 1985), período em que foram extintos os Atos Institucionais, foi sancionada a Lei da Anistia e houve o fim do bipartidarismo, em 1979.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Bolsista pela CAPES.

Compartilhamos da perspectiva que valoriza as ações dos diversos movimentos sociais como sendo relevantes para a retomada do Estado de direito democrático¹ no país. Isso porque, verificou-se que ao longo dos anos 1970 e 1980, houve uma movimentação da própria sociedade civil e dos diversos grupos que a compõem, que apesar da variedade ideológica e reivindicatória, buscaram ampliar a sua participação política e pressionar por direitos. Entre esses grupos, podemos citar os sindicatos urbanos e rurais, os novos partidos políticos criados a partir de 1979,² as associações de classe e de profissionais, as associações de moradores, os movimentos estudantis, as universidades, a Igreja Católica, alguns representantes da classe artística, dentre outros.

Como exemplo de movimento de ampla mobilização social, temos a campanha pelas eleições diretas para o cargo de presidente da República, em 1984. Os comícios, que se transformaram em verdadeiras “festas cívicas” devido à utilização de símbolos nacionais como a bandeira e o hino, mobilizaram milhares de pessoas de diversas partes do país, que foram às ruas para reivindicar o direito de voto.³ No entanto, apesar do movimento das *Diretas Já* não ter tido êxito, já que o Congresso não aprovou a Emenda Constitucional sugerida pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB), José Murilo de Carvalho (2008) o entende como um avanço pelo fato de ter resultado na escolha, após tantos anos de governos militares, de um presidente civil, Tancredo Neves,⁴ através de eleição indireta em 1985.

Com relação à necessidade de uma nova Constituinte, para elaboração de uma nova Constituição para o país, Daniel Aarão Reis Filho (2014:151) destaca que, desde fins dos anos 1960, os parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que na época encontrava-se na clandestinidade, defendiam sua convocação. Contudo, a iniciativa de se fazer uma nova Constituinte foi protelada, tendo a Constituição de 1967 passado por inúmeras emendas.⁵

Maria Helena Versiani (2014:46) aponta que a luta pela convocação da Constituinte, iniciada na década de 1970, em alguns momentos aliou-se a outras bandeiras como a campanha pela *Anistia*

¹ REIS, 2014, p.125.

² Em 1979, com o fim do bipartidarismo ARENA e MDB, surgiram partidos como o PMDB, PDT, PTB, PDS, PP e o PT.

³ Sobre o Movimento pelas *Diretas Já*, ver, CARVALHO, 2008, p. 176.

⁴ Tancredo Neves não tomou posse, vindo a falecer em abril de 1985, sendo substituído pelo vice, José Sarney.

⁵ “De outubro de 1969 a novembro de 1985, foram editadas 27 emendas à Carta de 1967.” Ver, REIS, op.cit., p.152.

Ampla Geral e Irrestrita e a campanha pelas *Diretas Já* e que os movimentos sociais democráticos e diversas entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, contribuíram decisivamente para a efetivação dessa proposta.

Como desdobramento, em 28 de junho de 1985, o então presidente da República, José Sarney, em conformidade com o que haviam prometido a Aliança Democrática e Tancredo Neves em sua campanha presidencial, encaminhou uma mensagem ao Congresso Nacional, com a proposta de uma emenda constitucional para que fosse convocada uma nova Constituinte.

Sendo assim, em 27 de novembro de 1985 foi aprovada na Câmara e no Senado, através da Comissão Mista,⁶ a Emenda Constitucional n. 26, que definiu que a Constituinte seria de natureza congressional, ou seja, seria composta pelos deputados federais e senadores eleitos em novembro de 1986 e, também, pelos senadores eleitos em 1982, cujos mandatos ainda estariam em vigência no ano da instalação da ANC.

Havia uma questão em torno da natureza da ANC que gerou intenso debate e diz respeito à proposta de uma Constituinte congressional, em que os seus membros continuariam exercendo os seus trabalhos parlamentares paralelamente, ideia que contava com o apoio da “oposição mais moderada” e tinha como defensor de destaque Tancredo Neves. Outra proposta defendia que a Constituinte fosse de natureza exclusiva, em que seus membros seriam escolhidos pelo povo, por eleição direta, e se dedicariam somente à tarefa de redigir a nova Constituição, sendo Ulysses Guimarães favorável a esta proposta.⁷ Por fim, a ANC de modalidade congressional teve início em 1º de fevereiro de 1987, sendo composta por 594 parlamentares no total.⁸ Seu presidente foi o deputado federal pelo PMDB – SP, Ulysses Guimarães.

Diante do fato de que alguns cidadãos brasileiros não possuíam o conhecimento pleno do que fosse uma Constituição e uma Constituinte⁹, houve, paralelamente ao trabalho institucional parlamentar, uma movimentação pró – Constituinte em todo o país.¹⁰ As mais diversas entidades

⁶ A Comissão Mista era formada por parlamentares do PMDB, PFL, PDS e PDT.

⁷ Para saber mais a respeito da polêmica que envolvia a natureza da ANC: congressional ou exclusiva, ver, VERSIANI, 2014, p.106-114.

⁸ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes> Acesso em: 10/10/2013.

⁹ Como exemplo, a série de entrevistas feitas pela TV Viva, direcionadas aos cidadãos de Recife com a seguinte pergunta: Você sabe o que é uma Constituição? Entre as respostas, muitos afirmavam desconhecer o assunto. Ver, VERSIANI, 2013, p.84.

¹⁰ Exemplos dessas iniciativas, os movimentos Gaúcho Pró-Constituinte, o Paranaense Pró-Participação Popular na Constituinte, o Conversando sobre a Constituinte, em Juiz de Fora; e, em Pernambuco, o Povo na Constituinte. Além do Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte de Minas Gerais, a Assembleia Municipal Pró-Constituinte do Espírito Santo e o Plenário Popular Pró-Constituinte de Macapá dentre outros. Ver, VERSIANI,

buscaram incentivar e preparar o cidadão para a importante missão de “escrever” uma Constituição que estivesse mais próxima de suas necessidades e anseios, através de diferentes meios, como a propaganda, programas de rádio e TV, o diálogo, o suporte didático e pedagógico.

Segundo Mauro Márcio Oliveira (1993), o movimento em torno da Constituinte permitiu a produção de materiais provenientes das mais diversas organizações, dando origem a uma documentação de grande valia para o estudo de temas referentes à história política do Brasil recente.

As mensagens do Serviço de Apoio Informativo à Constituinte – SAIC

As mensagens inseridas na base de dados Saic surgiram nesse contexto de incentivo à participação política no processo constituinte a partir da iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal (CCJ), ¹¹ que atuou, portanto, como uma mediadora entre a sociedade e a Assembleia Nacional Constituinte – ANC.

A CCJ desenvolveu os projetos *Diga Gente e Constituição* que juntos, deram origem ao formulário¹² composto por um espaço para sugestões e outro com um questionário socioeconômico, a serem utilizados pelos autores das mensagens. Com os slogans “Você também é constituinte, participe!” “Correios com você na constituinte” e “Faça, você também, a nova Constituição”, a campanha distribuiu cerca de cinco milhões de formulários, entre fevereiro de 1986 e julho de 1987, ou seja, antes do início dos trabalhos na ANC. A forma mais comum de ter acesso ao formulário, era dirigir-se a uma agência dos Correios¹³ e retirá-lo sem qualquer custo.

Como se vê, a participação não estava atrelada apenas às condições de votante, alfabetizado ou renda. Por exemplo, a idade mínima a ser declarada no formulário era de 10 anos, o que permitiu que muitos estudantes enviassem suas mensagens, em grande medida incentivados pelos seus professores, em sala de aula. Houve com esse projeto uma abertura para o diálogo de ida e volta entre a sociedade e os constituintes: se o cidadão almejasse uma resposta, bastaria preencher o seu endereço, ou direcioná-la especificamente a uma autoridade política.

2011, p.6.

¹¹ Atual Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ é uma Comissão Permanente do Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=&com=34>> Acesso em: 01 abr. 2015.

¹² O formulário encontra-se disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestoes-dos-constituintes/arquivos/Sugestao_Cidadao.pdf> Acesso em: 29 jul. 2012.

¹³ MONCLAIRE (1991) destaca que estavam disponíveis também nas prefeituras e Assembleias Legislativas de cada município e em algumas sedes de partidos políticos, como o PMDB.

Com temas que iam desde o acesso à aposentadoria, passando pelos direitos das minorias, como negros e mulheres, até a questão agrária e do salário mínimo, entre muitos outros, foram recebidas um total de 72.719 mensagens. Estas foram organizadas e inseridas na base Saic, que, a princípio, serviria como instrumento de consulta dos constituintes. Entretanto, essa contribuição popular teria sido um tanto relegada pelos constituintes, que quase não consultaram. Somente alguns, parlamentares mobilizaram-se para consulta, como é o caso do senador José Ignácio Ferreira (PMDB), que, inclusive, recebeu críticas de seus pares, por ter se utilizado das mensagens para sugerir emendas à Constituinte.

Memórias das Constituições brasileiras nas mensagens da base de dados Saic (1986 – 1987)

Eu sei que a Constituição é mesmo muito importante para todos nós brasileiros. Afinal, uma lei que está acima das outras é, sem dúvida, uma grande força. Principalmente para nós, jovens. Todas as pessoas são iguais e merecem as mesmas condições de vida. Todas as pessoas precisam dar o melhor de si, para uma vida melhor, sem violência, fome, desemprego e outros itens. A Nova Constituição deve ser muito melhor do que a Constituição de: 1823, 1824, 1891, 1934, 1946, 1967. Apesar de que eu não sei muito delas, mas foram Constituições e Constituição é sempre uma esperança. O povo merece mais segurança para acabar com a criminalidade. Todos devem participar, sem receios. Vamos avante jovens. Eu desejo que a futura Constituição de 1986 seja grande sucesso e seja muito justa com todas as pessoas.¹⁴

A mensagem acima foi escrita por Maria José do Nascimento e faz parte do conjunto de mensagens da base de dados Saic que foram selecionadas em nossa pesquisa de mestrado. O nosso interesse em analisar a memória constitucional presente nessas mensagens, deve-se ao fato de identificarmos que alguns dos indivíduos que participaram do processo constitucional de 1985/1988 escrevendo essas mensagens, ao pensarem em como seria a nova Constituição e em como deveria funcionar a Constituinte, demonstraram alguma proximidade e interesse em relação ao tema constitucional, ainda que nem sempre às suas afirmações sobre o tema estivessem corretas do ponto de vista jurídico-formal. Chamou a nossa atenção o fato de que tal constatação contraria a ideia de que a temática constitucional seria um tema difícil e limitado a especialistas, um tema portanto, supostamente *indigesto* para o cidadão comum.¹⁵

Na contramão desse entendimento, os autores dessas mensagens foram capazes de produzir

¹⁴ Maria José do Nascimento, Santos-SP. ORIGEM: l008 DATA: 27/08/86 FORMUL: 177 DV: 0 tipo: 10 12/05/87.

¹⁵ A questão de os temas constitucionais serem considerados temas pouco palatáveis para o cidadão comum é discutido em VERSIANI, 2014.

a seu modo, a partir de sua pouca especialização no assunto, memórias da vida constitucional brasileira, usando-as como elemento para pautar a sua participação política, naquele momento de reconstrução de um país mais democrático. Entendemos que os usos dessa memória constitucional podem ser compreendidos como recursos discursivos utilizados para sugerir, criticar, argumentar e buscar sanar demandas do presente desses atores sociais.¹⁶

Com relação à escolha de mensagens individuais, verificamos que a base Saic é uma evidência da participação política dos cidadãos no processo de reconstitucionalização brasileira, esse envolvimento não estando limitado à participação através dos movimentos organizados pró-constituente, tais como, as entidades religiosas, estudantis ou partidárias, entre outras. Apesar de reconhecermos o valor e a importância desses movimentos organizados, entendemos que a participação individual nesse período é igualmente importante e não menos legítima. Ela acessa o fato de o indivíduo desfrutar de autonomia e capacidade de escolha e decisão política. Ou seja, a participação política do cidadão fora dos movimentos organizados também merece a atenção dos analistas sociais, e optamos por abordá-la nesta pesquisa.

A partir dos critérios acima explicitados, selecionamos, no universo de 72.719 mensagens que compõem a base de dados Saic, 206 mensagens para análise, escritas por 188 autores.¹⁷

Como primeiro aspecto, procuramos identificar quais Constituições e/ou processos constitucionais foram lembrados pelos autores das mensagens e o quantitativo dessas referências. Observamos que, além das citações das datas oficiais de outorga e de promulgação das Constituições brasileiras, há também referências aos anos imediatamente anteriores e posteriores a elas. Ou seja, alguns autores mencionaram datas aproximadas, para se referir às Constituições, talvez por desconhecimento ou por esquecimento. Sendo assim, entendemos que essas “imprecisões temporais” indicam também memórias, desses autores em relação a momentos constitucionais vivenciados no Brasil.

Verificamos que muitos autores citaram em suas mensagens mais de uma Constituição ou todas elas. No Quadro 1, apresentamos o quantitativo dessas citações, por Constituição ou processo constitucional.

Quadro 1

¹⁶ Sobre os usos de memórias do passado instruídos por demandas do presente vivido, ver FERREIRA, 2000.

¹⁷ A diferença entre o número de mensagens e o de autores explica-se porque alguns autores enviaram mais de uma mensagem.

Referências às Constituições e aos processos constitucionais brasileiros à Constituição de 1988	
Ano	Quantidade de referências
1823	2
1824 (1ª Constituição)	10
1825	—
1890	1
1891 (2ª Constituição)	18
1892	—
1933	—
1934 (3ª Constituição)	21
1935	—
1936	—
1937 (4ª Constituição)	18
1938	—
1945	6
1946 (5ª Constituição)	74
1947	1
1966	—
1967 (6ª Constituição) e Emenda Constitucional de 1969	130
1968	—
1970	—
Total de referências	281

Fonte: Base de Dados Saic

Como se pode ver, há um grande número de referências à Constituição de 1967 e à Emenda

18

n.1 de 1969, totalizando 130 citações. Esse alto índice de referências a essa Constituição e

¹⁸ A Emenda de 1969 é considerada por alguns autores como sendo uma nova Constituição, devido às inúmeras

Emenda, provavelmente, deve-se ao fato de que elas estavam temporalmente mais próximas desses indivíduos, já que vigoravam no momento em que eles escreveram as mensagens.

A segunda Constituição mais referenciada é a de 1946, com 80 citações.¹⁹ As mensagens que fizeram menção a ela, podem talvez remeter ao desejo de retorno ao regime democrático. Ou seja, a Constituição de 1946 marca, em outro contexto, a volta do país à democracia, já que ocorreu após o período do Estado Novo (1937–1945). Além disso, ela foi anulada com os atos de exceção do golpe de 64 e com a Constituição de 1967, que tomou o seu lugar e que se desejava superar no momento constituinte então vivenciado pelos autores das mensagens.

Na perspectiva que articula memória e uso do passado com o tempo presente, Marieta de Moraes Ferreira (2000) lembra que o passado é sempre reconstruído e lembrado a partir das necessidades do presente e que os indivíduos usam e abusam do passado, das mais variadas formas e com distintas, não raro contraditórias, interpretações. É nesse sentido que desejamos compreender se as referências às Constituições e aos processos constituintes brasileiros foram utilizadas, nas mensagens em exame, como estratégia discursiva e argumentativa, a fim de legitimar ideias e propostas dos autores das mensagens, presentes e projetadas para o futuro.

As mensagens de nossa pesquisa começaram a ser escritas e enviadas em 1986, alguns meses antes da eleição dos deputados e senadores, que, ocorreu em 15 de novembro do mesmo ano. Os eleitos para a Câmara Federal e o Senado naquelas eleições elegiam-se também para compor a Assembleia Nacional Constituinte (ANC).

Ou seja, as mensagens foram escritas no período que antecedeu a eleição de 1986 e o início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, no ano seguinte, decerto sendo estimuladas, em alguma medida, pelas inúmeras iniciativas de entidades civis, profissionais, partidárias dentre outras, que naquele momento buscavam incentivar o cidadão a participar do momento constituinte também através do envio de cartas às autoridades políticas, com sugestões, críticas e demandas.

Também essenciais para a formulação desta pesquisa, alguns trabalhos sobre os usos do passado têm lugar de destaque. Entre eles, Michael Pollack (1989), propõe que as lembranças de fatos como guerras ou grandes convulsões internas remetem sempre ao momento vivido. No nosso caso, entendemos que as lembranças das Constituições passadas e os seus processos constitucionais presentes nas mensagens que são objeto do nosso estudo estão em larga medida relacionadas com a existência de um ambiente propício para a manifestação dessa rememoração de natureza

alterações por ela efetivadas no texto constitucional anterior. Sobre o assunto, ver, REIS, 2014, p.150 – 151.

¹⁹ Foram somadas as referências aos anos de 1945, 1946 e 1947.

constitucional, o ambiente de reconstitucionalização democrática do Brasil.

Ou seja, o contexto de redemocratização e reconstitucionalização pelo qual o Brasil passava nos anos 1980 pode decerto ter inspirado alguns indivíduos a refletir sobre a temática constitucional (re) elaborando representações sobre o passado constitucional brasileiro. Trata-se de uma interligação possível que envolve memória, experiência e expectativa.

Deformando e reinterpretando o passado [...] há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos.²⁰

Nesse sentido, acreditamos que o desejo de mudança não elimina a presença do passado em nossos discursos. Há nas mensagens selecionadas uma relação que envolve as seguintes temporalidades: o passado, ou seja, as Constituições passadas; o presente – a Constituição de 1967 e a Emenda de 1969; e o futuro, a nova Constituição democrática que então se desejava promulgar.

Conclusão

Embora não esteja no escopo deste artigo fazer uma análise do contexto de redemocratização do Brasil – mas sim, especificamente, observar os usos de memória de momentos constitucionais na participação política de cidadãos na Constituinte de 1985/1988 – reafirmamos que as mensagens da base de dados Saic são fontes privilegiadas para se estudar o contexto de redemocratização e reconstitucionalização do Brasil sob a perspectiva do cidadão comum, que é um ponto de vista pouco expressado na grande maioria dos documentos históricos preservados para acesso dos pesquisadores.

A criação do espaço das mensagens pela CCJ/Senado Federal possibilitou a atuação de novos sujeitos políticos que se envolveram no processo Constituinte não necessariamente por meio de movimentos sociais organizados. Dessa forma, buscando reescrever a história, “Os brasileiros iniciaram o que se chamou de ‘Nova República’ com o sentimento de terem participado e de pertencerem à grande transformação nacional, de terem colaborado na criação de um país novo”²¹ e mais democrático, o que no nosso entender, contribuiu com o aprendizado constante que envolve a prática cidadã.

Como atesta o trabalho pioneiro sobre a base Saic, coordenado pelo brasilianista e professor

²⁰ POLLACK, 1989, p. 8 – 9.

²¹ CARVALHO, 2003, p.193.



10

da Universidade de Paris I Sorbonne, Stéphane Monclaire, que resultou no livro *A Constituição Desejada*, as mensagens da base Saic representam “um banco único no mundo. Isso porque nunca foi possível medir, numa escala tão grande e com tantas nuances, o estado da opinião.”²²

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Bases Históricas do Congresso Nacional. Serviço de Apoio Informativo à Constituinte (SAIC). Disponível em: < <http://www.senado.gov.br/legislacao/baseshist/> > Acesso em: 22 out. 2013.

Referências

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

MONCLAIRE, Stephane (Coord.). **A Constituição desejada: SAIC: as 72.719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros à Assembléia Nacional Constituinte**. Brasília: Senado Federal, 1991.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, Brasil, 2, jun. 1989. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278> > Acesso em: 12 Ago. 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

VERSIANI, Maria Helena (org.). **A sociedade brasileira vive a democracia (1985/1987)**. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História, 2011. Disponível em: < http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312763952_ARQUIVO_2011Anpuhnacionalt_extodeMariaHelenaVersiani.pdf > Acesso em: 13 jan. 2013.

_____. **Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de (1987/1988)**. Rio de Janeiro, 2013. 284 f. Tese (doutorado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2013. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10842/Tese%20vers%C3%A3o> >

²² MONCLAIRE, 1991, p.11.